



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

PROGRAMA DE DISCIPLINA

1. Curso: Direito	2. Código: 14 e 15
--------------------------	---------------------------

3. Modalidade(s): Bacharelado	4. Currículo(s): 2007.1
--------------------------------------	--------------------------------

5. Turno(s)	Diurno	X	Noturno	X
-------------	--------	---	---------	---

6. Departamento: Direito Privado

7. Nome da Disciplina:	Direito Civil I
------------------------	------------------------

8. Código	DC0134
-----------	---------------

9. Pré-Requisito(s):	DD0128
----------------------	---------------

10. Carga Horária:			
Duração em semanas	Carga Horária Semanal		Carga Horária Total
16	Teórica:	Prática:	64hs

11. Número de Créditos ¹ : 4	Período: 2º semestre
---	-----------------------------

12. Caráter de Oferta da Disciplina:			
--------------------------------------	--	--	--

Obrigatória:	X	Optativa:	
--------------	---	-----------	--

13. Regime da Disciplina:			
---------------------------	--	--	--

Anual:		Semestral:	X
--------	--	------------	---

14. Justificativa:

15. Ementa:

Este programa de Direito Civil envolve o estudo de noções gerais aplicáveis ao Direito como um todo, detendo-se mais sobre os elementos integrantes do direito subjetivo, objeto dos direitos e a relação jurídica, esta nos seus desdobramentos de existência, validade e eficácia.

¹ 1 crédito corresponde a 16 horas/aula (Resolução CEPE/UFC n.º. 7, de 10/12/2004)

16. Descrição do Conteúdo:		
	Semana	Nº de horas-aulas
<p>1. A ORDEM SOCIAL E A ORDEM JURÍDICA.</p> <p>1.1. O fundamento e a finalidade do Direito.</p> <p>1.2. A positividade do Direito.</p> <p>1.3. A coercibilidade do Direito.</p> <p>1.4. A estabilidade do Direito.</p> <p>1.5. A crise do Direito e a modernização de seus institutos jurídicos.</p> <p>1.6. Direito e Moral.</p> <p>1.7. Direito Natural.</p> <p>1.8. Os princípios Gerais de Direito.</p>	01	04
<p>2. O DIREITO PRIVADO E O DIREITO PÚBLICO.</p> <p>2.1. Seus ramos principais.</p> <p>2.2. O Direito Civil e o Direito das Empresas.</p> <p>2.3. A regulação unitária das obrigações civis e comerciais.</p> <p>2.4. O Código Civil em sua visão topográfica.</p>	02	02
<p>3. O DIREITO OBJETIVO.</p> <p>3.1. Sua definição.</p> <p>3.2. Pressupostos e caracteres.</p> <p>3.3. Os Princípios de Ordem Pública.</p> <p>3.4. As fontes do Direito.</p> <p>3.5. A interpretação da ordem jurídica.</p>	02	02
<p>4. O DIREITO POSITIVO.</p> <p>4.1. Sua aplicação.</p> <p>4.2. A lei no tempo: vigência e revogação.</p> <p>4.3. A Irretroatividade das leis: o direito adquirido e a expectativa de direito.</p> <p>4.4. A antiga sistemática legal e a atual: possibilidade integrada de aplicação e incidência retardadas.</p> <p>4.5. Os conflitos intertemporais.</p>	03	02
<p>5. O DIREITO SUBJETIVO.</p> <p>5.1. Os elementos integrantes da relação jurídica.</p> <p>5.2. A caracterização jurídica do direito subjetivo em face das teorias que o justificam.</p> <p>5.3. Seus negativistas.</p> <p>5.4. Suas classificações.</p>	03	02
<p>6. EXERCÍCIO E GOZO DOS DIREITOS.</p> <p>6.1. As regras concernentes ao exercício dos direitos.</p> <p>6.2. Direito e faculdade jurídica.</p> <p>6.3. Direito e pretensão.</p> <p>6.4. Direito Potestativo.</p> <p>6.5. Direito e Interesse.</p> <p>6.6. Direito e habilitação jurídica.</p> <p>6.7. O Abuso do Direito e figuras afins.</p> <p>6.8. O campo de aplicação da teoria.</p>	04	04

6.9. Sanções admitidas.		
<p>7. PESSOA.</p> <p>7.1. Origem e sentido da palavra.</p> <p>7.2. Categorias.</p> <p>7.3. A pessoa natural: o começo e o fim de sua existência.</p> <p>7.4. A ausência.</p> <p>7.5. O nascituro no Direito Civil.</p> <p>7.6. As possibilidades de concepção programada: sua licitude e tolerabilidade jurídicas.</p> <p>7.7. A Comoriência.</p> <p>7.8. O estado das pessoas.</p> <p>7.9. O registro civil.</p>	05	02
<p>8. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.</p> <p>8.1. Sua origem.</p> <p>8.2. Definição.</p> <p>8.3. Objeto.</p> <p>8.4. Classificação.</p> <p>8.5. A proteção às integridades física, moral a intelectual da pessoa natural.</p> <p>8.6. A situação da Pessoa Jurídica.</p> <p>8.7. A questão dos transplantes e da doação de órgãos.</p> <p>8.8. As evoluções da Medicina e o Direito.</p> <p>8.9. O Dano Moral.</p> <p>8.10. O Dano Estético.</p>	05	02
<p>9. NOME CIVIL.</p> <p>9.1. Definição e natureza jurídica.</p> <p>9.2. Os elementos constitutivos do nome.</p> <p>9.3. A regência legal do assunto.</p> <p>9.4. O princípio da imutabilidade do nome e suas exceções.</p> <p>9.5. A alteração, a retificação e a substituição do nome.</p> <p>9.6. A proteção legal das vítimas e testemunhas de crimes.</p> <p>9.7. O pseudônimo.</p>	06	02
<p>10. INCAPACIDADE CIVIL.</p> <p>10.1. Causas justificativas.</p> <p>10.2. Seu alcance e graus reconhecidos.</p> <p>10.3. A incapacidade absoluta e a relativa.</p> <p>10.4. A interdição.</p> <p>10.5. A maioridade.</p> <p>10.6. A emancipação.</p> <p>10.7. O suprimento da incapacidade e a proteção ao interesse dos incapazes.</p>	06	02
<p>11. PESSOAS JURÍDICAS.</p> <p>11.1. Noção geral.</p> <p>11.2. Classificações.</p> <p>11.3. Começo de sua existência. Registro.</p> <p>11.4. A eventual autorização estatal para funcionamento.</p> <p>11.5. As hipóteses de desconsideração da personalidade social e o surgimento irregular da</p>	07	04

entidade. Responsabilidade. 11.6. Extinção. 11.7. Liquidação do acervo. 11.8. O destino dos bens. 11.9. Grupos não personalizados.		
12. ASSOCIAÇÕES. 12.1. Definição. 12.2. Requisitos de constituição. 12.3. Finalidades. 12.4. O Estatuto. 12.5. Seu funcionamento. 12.6. Responsabilidade. 12.7. Os interesses, deveres, direitos e possível exclusão do associado. 12.8. Os órgãos deliberativos: 12.9. A Assembléia Geral. 12.10. Extinção da entidade. 12.11. Destino dos bens.	08	04
13. FUNDAÇÕES. 13.1. O que são. Constituição e personalização. 13.2. Os fins a que se destina. 13.3. O patrimônio. 13.4. Insuficiência de bens. 13.5. Os Estatutos. 13.6. Fiscalização. 13.7. Extinção. 13.8. Destino dos bens. 13.9. A fundação de Direito Público.	09	04
14. DOMICÍLIO. 14.1. Noção. 14.2. Importância. 14.3. Elementos caracterizadores. 14.4. Espécies de domicílio da pessoa natural. 14.5. Unidade, pluralidade e ausência domiciliares. 14.6. Possibilidade de mudança do domicílio. 14.7. Classificações. O domicílio das pessoas jurídicas.	10	02
15. OBJETO DOS DIREITOS. 15.1. Bens e coisas. 15.2. As prestações. 15.3. O patrimônio em seus valores integrantes. Os bens inapropriáveis	10	02
16. BENS. 16.1. Classificações. 16.2. Os bens considerados em si mesmos. 16.3. Os bens reciprocamente considerados. 16.4. Os bens vistos em relação aos titulares.	11	02

<p>17. NEGÓCIOS JURÍDICOS.</p> <p>17.1. Definição.</p> <p>17.2. Noção de ato jurídico.</p> <p>17.3. A autonomia da vontade.</p> <p>17.4. A direção da vontade negocial.</p> <p>17.5. Elementos de validade do negócio jurídico.</p> <p>17.6. A declaração, a interpretação e os meios de manifestação da vontade. A forma livre e a forma legal: sua unicidade, duplicidade e pluralidade. As solenidades na prática jurídica.</p>	11	02
<p>18. REPRESENTAÇÃO.</p> <p>18.1. A instituição legal ou voluntária dos representantes.</p> <p>18.2. Os poderes do representante.</p> <p>18.3. Representação direta e representação indireta.</p> <p>18.4. O substabelecimento de poderes contratados.</p> <p>18.5. A Procuração.</p> <p>18.6. Representação a figuras afins.</p> <p>18.7. Mandato e representação.</p>	12	02
<p>19. MODALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO.</p> <p>19.1. Os elementos essenciais e os elementos acidentais do negócio jurídico.</p> <p>19.2. Espécies de cláusulas acessórias.</p> <p>19.3. A condição: classificações, características e efeitos.</p> <p>19.4. O direito condicional.</p> <p>19.5. O termo: espécies; efeitos.</p> <p>19.6. O direito adquirido.</p> <p>19.7. O prazo e suas regras de cômputo.</p> <p>19.8. O encargo: conceito; admissibilidade legal; efeitos; descumprimento e revogação.</p>	12	02
<p>20. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.</p> <p>20.1. A vontade defeituosa.</p> <p>20.2. Espécies de defeitos.</p> <p>20.3. O Erro: definição; categorias; o erro de fato e o de direito.</p> <p>20.4. O Dolo: conceito; espécies.</p> <p>20.5. A Coação.</p> <p>20.6. O temor reverencial e o exercício do próprio direito.</p> <p>20.7. O Estado de Perigo.</p> <p>20.8. A Lesão.</p> <p>20.9. A Fraude contra Credores.</p> <p>20.10. A Fraude à Execução.</p>	13	02
<p>21. DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO.</p> <p>21.1. A teoria dos negócios jurídicos imperfeitos.</p> <p>21.2. Ineficácia, invalidade e inexistência dos negócios jurídicos.</p> <p>21.3. Graus de invalidade: causas, conseqüências e características.</p>	13	02

<p>21.4. As ações judiciais combativas das invalidades.</p> <p>21.5. A nulidade: a fraude à lei.</p> <p>21.6. A simulação: espécies.</p> <p>21.7. A anulabilidade: hipóteses admitidas.</p> <p>21.8. A questão da prescrição e da decadência projetadas na matéria.</p>		
<p>22. DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.</p> <p>22.1. Noção.</p> <p>22.2. Efeitos.</p> <p>22.3. Conseqüências.</p> <p>22.4. A aquisição, o nascimento, a transferência, a perda e a extinção dos direitos.</p> <p>22.5. O fato, o ato e o negócio jurídico.</p> <p>22.6. A renúncia de direitos: limites e efeitos.</p>	14	02
<p>23. DOS ATOS ILÍCITOS.</p> <p>23.1. Conceito.</p> <p>23.2. Elementos.</p> <p>23.3. Requisitos.</p> <p>23.4. Conseqüências.</p> <p>23.5. O ato ilícito e o abuso de direito.</p> <p>23.6. Responsabilidade Civil: seus fins e critérios de apuração; a culpa, o dolo e o dano; responsabilidade sem culpa; responsabilidade objetiva; ato ilícito e ato antijurídico.</p> <p>23.7. Escusativas da responsabilidade.</p> <p>23.8. Concorrência de culpas.</p> <p>23.9. A responsabilidade civil do Estado.</p>	14	02
<p>24. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.</p> <p>24.1. O tempo e as relações jurídicas</p> <p>24.2. Prescrição aquisitiva.</p> <p>24.3. Prescrição extintiva: conceito; fundamento e natureza jurídica.</p> <p>24.4. Os prazos prescricionais.</p> <p>24.5. Suspensão, impedimento e interrupção da prescrição.</p> <p>24.6. A situação das Fazendas Públicas.</p> <p>24.7. A Decadência. A preclusão.</p>	15	04
<p>25. DA PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.</p> <p>25.1. Direito, ação e prova.</p> <p>25.2. As diretrizes que regem o dever de provar.</p> <p>25.3. As espécies de provas admitidas em Direito.</p> <p>25.4. Os documentos e os Instrumentos.</p> <p>25.5. As provas técnicas.</p> <p>25.6. As Provas ainda não consideradas pelo Direito.</p> <p>25.7. A prova e a forma vinculadas entre si.</p>	16	04

17. Bibliografia Básica:

- PEREIRA, Caio Mário da Silva - Instituições de Direito Civil, ed.Forense, vol,I.
- Direito Civil, alguns aspectos de sua evolução, Forense.
- GOMES, Orlando – Introdução ao Direito Civil, Forense.
- DINIZ, Maria Helena – Código Civil Anotado
- Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada, Saraiva
- Curso de Direito Civil, parte geral, Saraiva
- GONÇALVES, Carlos Roberto – Direito Civil, Parte Geral, Saraiva
- RODRIGUES, Silvio - Direito Civil, Saraiva
- RIZZARDO, Arnaldo - Parte Geral do Direito Civil, Forense

18. Bibliografia Complementar:

- COELHO, Fábio Ulhoa - Curso de Direito Civil, ed. Saraiva, vol.I
- PABLO STOLZE, Gagliano - Novo Curso de Direito Civil, parte geral, vol.I, Saraiva
- FARIAS, Cristiano Chaves de - Direito Civil, Teoria Geral, ed.Lumen Juris.
- FRANÇA, Limongi - Intituições de Direito Civil, Saraiva
- VENOSA, Silvio de Salvo – Direito Civil, Parte Geral, Atlas
- BEVILÁQUA, Clóvis - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado
Teoria Geral do Direito Civil
- SANTOS, J.M.Carvalho – Código Civil Brasileiro Interpretado, Freitas Bastos
- LOPES, Miguel Maria de Serpa – Curso de Direito Civil, Freitas Bastos
- MACHADO NETO, A.L - Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, Saraiva
- MONTEIRO, Washington de Barros – Curso de Direito Civil, Parte Geral, Saraiva
- OLIVEIRA, J.M Leoni Lopes de - O Novo Código Civil, Lumen Juris
- SANTIAGO DANTAS, Francisco – Código Civil Brasileiro Interpretado, Forense
- WALD, Arnaldo - Direito Civil. Introdução e Parte Geral, Revista dos Tribunais
- LOBO, Paulo - Direito Civil, Saraiva

NADER, PAULO - Curso de Direito Civil, Forense

MELLO, Marcos Bernardes de – Teoria do Fato Jurídico. Planos da Existência, da Validade e da Eficácia, Saraiva.

SILVA, José Afonso da - Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros

STOCO, Rui - Tratado de Responsabilidade Civil, Revista dos Tribunais

- Responsabilidade e sua interpretação jurisprudencial: Doutrina e Jurisprudência, Revista dos Tribunais.

TEPEDINO, Gustavo - A Parte Geral do Novo Código Civil - Estudos na Perspectiva Civil Constitucional, Renovar

- Temas de Direito Civil, Renovar

AZEVEDO, Álvaro Vilaça - Comentários ao Código Civil, Saraiva

FACHIN, Luiz Edson - Comentários ao novo Código Civil, Forense

VELOSO, Zeno - Novo Código Civil Comentado, obra coordenada por Ricardo Fiúza, Saraiva

- Comentários ao Código Civil, coordenador Antônio Junqueira de Azevedo, Saraiva

MARTINS COSTA, Judith – A boa fé no Direito Privado, ed.Revista dos Tribunais

MARTINS COSTA, Judith e CASTELO BRANCO, Luis Carlos - Diretrizes Teóricas do novo Código Civil, Saraiva

DIAS, Aguiar – Da Responsabilidade Civil, Forense

CAVALIERE FILHO, Sérgio - Programa de Responsabilidade Civil, ed.Atlas

MAXIMILIANO, Carlos - Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense

CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes - Da Boa fé no Direito Civil, Almedina

ASCENÇÃO, José de Oliveira – O Direito. Introdução e Teoria Geral, Lisboa

AZEVEDO, Antônio Junqueira de - Negócio Jurídico, Existência, Validade e Eficácia, Saraiva.

CODIGO CIVIL COMENTADO Doutrina e Jurisprudência, Coordenador Ministro Cesar Peluso, Manole.

RUGGIERO, Roberto de – Instituições de Direito Civil

PEREIRA, Caio Mário da Silva – Responsabilidade Civil, Forense

ALVES, Vilson Rodrigues - Da Prescrição e da Decadência no novo Código Civil, Bookseller

CAMPOS BATALHA, Wilson Souza - Direito Intertemporal, Forense

QUESTÕES CONTROVERTIDAS NO NOVO CÓDIGO CIVIL, ed.Método, Série
Grandes Temas de Direito Privado, autores diversos

LEAL, Antônio Luis da Câmara - Da Prescrição e da Decadência, Forense

CAHALI, Yussef Said - Fraude contra Credores, Revista dos Tribunais

Prescrição e Decadência, Revista dos Tribunais

CHAVES, Antônio - Direito à própria Imagem

19. Avaliação da Aprendizagem:

20. Observações:

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ Data de Aprovação: ____/____/____

Coordenador(a) de curso

22. Aprovação do Colegiado Departamental:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ Data de Aprovação: ____/____/____

Chefe(a) do Departamento

23. Aprovação do Conselho de Centro/Faculdade:	
Nº da ata da Reunião: _____ / _____	Data de Aprovação: ____ / ____ / ____
_____ Diretor(a)	

24. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Ensino:	
Nº da ata da Reunião: _____ / _____	Data de Aprovação: ____ / ____ / ____
_____ Presidente do Conselho	